

Prefeito General Silva e Luna: A missão dada que não foi cumprida

■ Páginas 4 e 5

Tribuna Popular

EXCLUSIVO

Foz do Iguaçu, 21 a 28 de outubro de 2025 | Edição 423 | Ano XII | R\$ 3,00

TRÊS GRUPOS COMANDAM A PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU



■ O excesso de comando que paralisa a gestão, inviabiliza toda uma estrutura administrativa e o que resta é uma lacuna de buracos políticos e administrativos

■ Página 3

Secretária do FOZTRANS pretende dobrar a "indústria da multa" em Foz

■ Página 9

PRETO NO BRANCO

O SILÊNCIO DO
GENERAL

Dizem nos bastidores que o prefeito Joaquim Silva e Luna anda esquecendo mais do que deveria. Ele estaria em estágio avançado de alzheimer. O governo inteiro já acendeu o sinal vermelho. Se for verdade, é grave, mas também explica muita coisa.

"RICARDINHO, O
NOVO
ESTRATEGISTA"

Parece que o vice resolveu sair da sombra. Depois de uma conversa animada com o presidente da Câmara, o vice-prefeito Ricardo Nascimento já começou a mostrar serviço, pedindo a cabeça de alguns secretários. O plano, segundo fontes, é povoar a prefeitura com ex-vereadores e suplentes do PSD, como se fosse um retorno dos que nunca foram. Estratégia ou motim? A verdade é que o vice quer o protagonismo que o general esqueceu de exercer. E a pergunta que não quer calar? E agora, general, vai deixar o soldado tomar o quartel?



CASO RANIERI

Leandro Pinto vai ser ouvido nessa sexta-feira (24) pela Comissão de Ética por causa de uma denúncia feita por ele mesmo, contra o vereador Ranieri. É o tipo de enredo que só a política de Foz consegue escrever.

MATÉRIA DE CASCAVEL

Um material jornalístico publicado lá em Cascavel, que o general é ótimo e a culpa é dos vereadores, demonstrou que aqui em Foz ninguém teria coragem de publicar aquela mentira. Os nativos sabem a realidade. Vários secretários e diretores ficaram incumbidos de propagar a matéria. Uma coisa é certa. Quando se faz críticas, até entendendo que pode se tratar de política, mas quando se faz denúncias de má gestão, entende-se que a política do general é uma mera desculpa do fracasso.

Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da E Alliana - ME
CNPJ 37.189.127/0001-00
Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR
jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana

Jornalista Responsável:
Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel

Impressão: Grafinorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira
responsabilidade de seus autores e não
representam a opinião do jornal

Três grupos comandam a prefeitura de Foz do Iguaçu

O excesso de comando que paralisa a gestão, inviabiliza toda uma estrutura administrativa e o que resta é uma lacuna de buracos políticos e administrativos

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Após dez meses de um governo marcado por tropeços, o que se observa na administração do prefeito General Joaquim Silva e Luna é uma grave crise de autoridade. Foz do Iguaçu, que esperava um governo técnico, disciplinado e pautado pela hierarquia, se vê mergulhada num verdadeiro caos político e administrativo, resultado direto do excesso de comando e da ausência de um líder central.

O que deveria ser um governo com norte e propósito se transformou em uma disputa interna de poder, onde três grupos distintos tentam, cada um à sua maneira, dar rumos à cidade e acabam levando o município à estagnação.

A comparação com os maiores gestores da história local, como Hari Daijo e Reni Pereira, já começa a ser feita nos bastidores políticos e até entre servidores. Daijo pela incapacidade administrativa; Reni, pela marca da corrupção. Joaquim Silva e Luna, mesmo sem manchar as mãos com escândalos, entra para a história pelo colapso funcional de seu governo, por não conseguir fazer o básico: governar com autonomia e coerência.

A Prefeitura de Foz do Iguaçu parece loteada em feudos de interesse. Cada grupo atua por conta própria, sem comunicação entre si, gerando uma guerra fria dentro da estrutura municipal.

Primeiro Grupo

O primeiro grupo é o do próprio prefeito, que deveria



exercer o comando, mas age como uma figura simbólica, tipo um "rei da Inglaterra", presente nas fotos e discursos, mas sem poder real de decisão. Suas ordens, quando chegam aos escalões inferiores, são distorcidas, reinterpretadas ou simplesmente ignoradas. O resultado é um governo onde ninguém sabe quem manda, mas todos tentam mandar.

Segundo Grupo

O segundo grupo, considerado o mais ativo e nocivo, é composto por figuras que orbitam o centro do poder político local: o vice-prefeito Ricardo Nascimento, o presidente da Câmara Paulo Debritto, seu pupilo vereador Sidnei Prestes, e os aliados Cabo Cassol respectivamente líder do governo na Câmara. Esse núcleo político formou um verdadeiro "comitê paralelo de governo". São eles que deter-

minam quem é exonerado, quem é nomeado e até quais secretarias merecem atenção ou descaso.

Nos corredores da Câmara, é comum ouvir e presenciar, o anúncio antecipado de exonerações e nomeações, como se o poder de caneta estivesse em mãos erradas. E, de fato, está. Esses "comandantes de bastidores" passaram a controlar parte significativa do funcionalismo comissionado, promovendo a discórdia e o racha político.

A consequência é visível: a base governista derreteu. Dos 13 vereadores que apoiavam o general Silva e Luna no início do mandato, restam apenas seis. Uma perda expressiva que demonstra o fracasso na articulação política e a erosão da autoridade do prefeito.

O desgaste, contudo, não recai sobre o Legislativo. Os

vereadores, por natureza, têm o papel de fiscalizar e criticar. Quem paga o preço da desorganização é o Executivo, cuja imagem afunda junto com a confiança popular. Quando a prefeitura se transforma em um campo de batalha interna, a população fica sem serviços, sem obras e sem rumo. A cidade paralisa porque o governo perdeu o foco na gestão e passou a se concentrar em intrigas e disputas pessoais.

Terceiro Grupo

O terceiro grupo tenta, de forma tímida, pregar a conciliação e a governabilidade. Seriam os que ainda acreditam em diálogo entre os poderes e no resgate da harmonia política, algo que, em tempos normais, é o mínimo necessário para uma administração funcional. Mas mesmo esse grupo encontra barreiras: o isolamento do prefeito, a interferência

do segundo escalão e o ambiente tóxico criado por disputas de vaidade impedem qualquer tentativa real de reconstrução.

A verdade é que o general Silva e Luna precisa, urgentemente, reassumir o comando de seu governo. O tempo de escorar-se em conselheiros e aliados acabou. A liderança não pode ser delegada, especialmente quando se trata da administração de uma cidade complexa como Foz do Iguaçu. Se o prefeito não retomar as rédeas, o "terceiro grupo", o último pilar de estabilidade, se dissipará, levando junto os fragmentos do governo que ainda resistem.

E o desfecho é previsível: o colapso total da gestão. A partir daí, o caminho natural seria a ascensão do vice-prefeito Ricardo Nascimento ao comando da cidade, com o presidente da Câmara, Paulo Debritto, tornando-se vice-prefeito interino. Uma transição silenciosa, mas que representaria o golpe final na autoridade de um general que perdeu a guerra sem perceber que estava em combate.

O governo Silva e Luna está em ponto crítico. O excesso de comando, a ausência de unidade e a falta de direção transformaram a máquina pública num campo minado. Se o prefeito não impuser uma liderança real e romper os laços com quem comanda por trás do pano, o que restará será apenas um governo de fachada, sustentado por vaidades e manobras. E lembrado como um dos mais confusos e inoperantes da história de Foz do Iguaçu.

General Silva e Luna: A missão dada que não foi cumprida

Mas como toda batalha mal planejada, a derrota começou silenciosa. A cada mês, um novo desentendimento, um novo desgaste. A tropa do general foi minguando até restarem apenas seis vereadores alinhados

Enrique Alliana - Jornalista

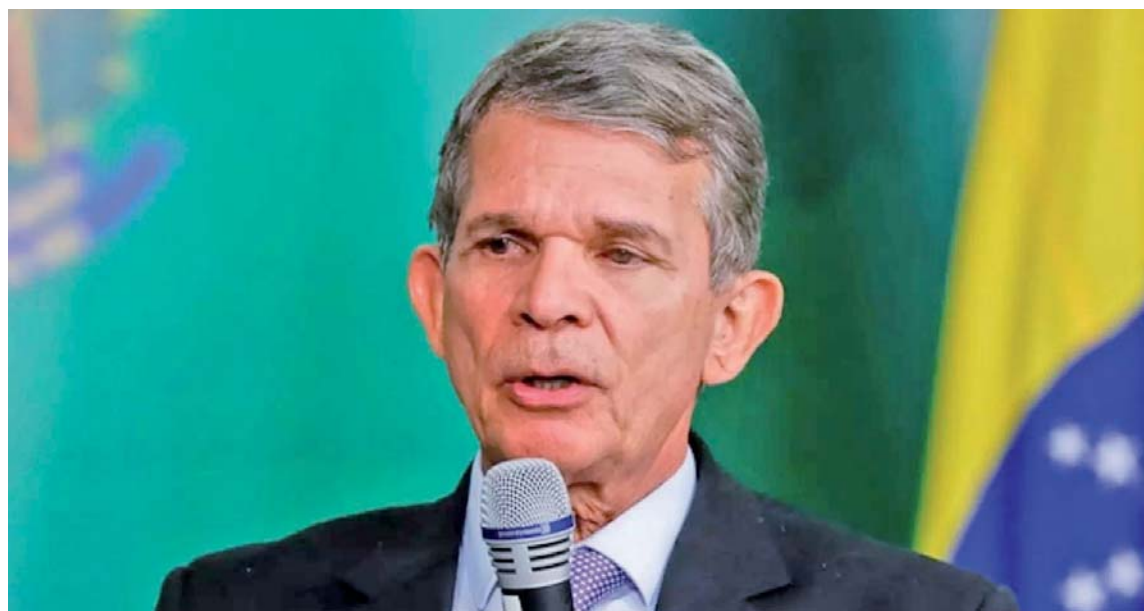
Foto: Reprodução

No universo militar, existe um lema que ecoa como dogma entre soldados e oficiais: "Missão dada é missão cumprida." Essa frase, que simboliza disciplina, hierarquia e eficácia, cai por terra quando transportada para o terreno pantanoso da política, onde as ordens não são obedecidas, mas negociadas. E é justamente nessa travessia entre o quartel e o gabinete que o prefeito de Foz do Iguaçu, General Silva e Luna, perdeu o rumo da sua "missão".

Pedro Rodrigues, o protegido do Coronel Áureo

O episódio que melhor retrata esse fracasso foi a desastrosa tentativa de articulação política comandada por Pedro Rodrigues, o protegido do Coronel Áureo, designado para fazer a interlocução da Prefeitura com a Câmara de Vereadores. No início, o cenário era confortável, havia maioria folgada, treze vereadores fiéis ao comando do general. Pedro Rodrigues, em seu papel de estrategista político, parecia ter a guerra vencida antes mesmo do primeiro disparo. Sobrava tempo até para um pastel no "Anexo 3" da Câmara Municipal, símbolo da calma política que reinava naquele momento.

Mas como toda batalha mal planejada, a derrota começou silenciosa. A cada mês, um novo desentendimento, um



novo desgaste. A tropa do general foi minguando até restarem apenas seis vereadores alinhados, enquanto nove optaram pela independência, um eufemismo elegante para "oposição". A guerra, antes sob controle, foi sendo perdida trincheira por trincheira, voto por voto.

O comando de Pedro Rodrigues, mais parecendo aquele desenho animado "Recruta Zero", revelou-se um fiasco completo. Sem articulação, sem diálogo, sem habilidade para equilibrar os interesses da Câmara e as decisões do Executivo, o suposto articulador acabou isolando o prefeito e desgastando até seu próprio mentor, o Coronel Áureo. A continuidade de ambos na linha de frente é vista, nos bastidores, como suicídio político. O fracasso da dupla foi tão evidente que até aliados próximos já pedem substituição urgente antes que a implosão se torne irreversível.

Na política, diferente do

quartel, o cumprimento da missão depende de algo que os generais raramente aprendem nos manuais de instrução que é a flexibilidade. A política é um campo onde a rigidez é uma fraqueza, e a estratégia é moldada pela diplomacia e não pela disciplina. Nesse quesito, tanto Pedro Rodrigues quanto o Coronel Áureo mostraram-se amadores. Foram bons executores, mas péssimos negociadores.

Voltamos ao desagregador, Pedro Rodrigues, ao invés de construir pontes, espalhou pólvora e dinamite entre os dois poderes. O canhão que

deveria proteger o general agora parece apontado diretamente para o seu gabinete.

General Garrido, talvez o único ter lido o livro "A Arte da Guerra"

Entre os militares que orbitam o entorno do poder municipal, muitos dizem que o único que compreendeu o jogo político até o momento foi o General Eduardo Garrido, talvez o único ter lido o livro "A Arte da Guerra", de Sun Tzu. O filósofo chinês dizia: "Se estás perto do inimigo, debes fazê-lo crer que estás longe; se longe, aparentar que se está

perto." Em outras palavras, inimigos durante as batalhas no período do dia, e se for preciso, jantar e tomar um vinho no período da noite com o inimigo, pois somente assim se chega-se ao ponto de fumar um charuto e a paz reinar. Política é "articulação" estratégica. Segundo fontes General Garrido compreendeu isso, Coronel Áureo, não.

De general para general

Com a possibilidade do general Garrido assumir o posto de novo articulador político, o cenário muda. Mas o desafio é colossal. O general Garrido herda uma terra arrasada, uma Câmara fragmentada e um Executivo desacreditado com o governo municipal. Sua missão será apagar incêndios com gasolina, pois o que restou da base governista é uma trincheira em ruínas. Por um lado, a conversa entre Garrido e o prefeito é muito superior, afinal dois generais conversando de frente, a pólvora quente deixada por Pedro Rodrigues pode pegar umidade rapidinho e o canhão prestes a detonar poderá ter um efeito bem menor que o esperado.



A matemática cruel da política não aceita erros. Afinal errar é humano, persistir no erro é fatal

O general acostumado a ambientes de comando e obediência, encontrou um campo onde o poder não se conquista pela patente, mas pela habilidade de diálogo

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A matemática política é cruel. Se hoje nove vereadores estão insatisfeitos com a condução do governo, basta um a mais para formar o número fatal: dez. E dez é o número mágico que garante maioria suficiente para abrir caminho a um processo que pode, literalmente, mandar o general para casa.

A equação é simples: nove nunca será maior que seis. Mas parece que na gestão de Silva e Luna, o raciocínio lógico foi substituído pela teimosia e pela crença de que hierarquia se impõe até mesmo sobre o jogo democrático. Na política, não há ordens a cumprir, apenas acordos a firmar.

O prefeito, acostumado a ambientes de comando e obediência, encontrou em Foz do Iguaçu um campo onde o poder não se conquista pela patente, mas pela habilidade de diálogo. O problema é que, para quem passou a vida marchando em linha reta, a arte da negociação é feita de curvas, desvios e sutilezas, parece uma traição à própria natureza.

A missão dada a Silva e Luna era simples: governar com diálogo, manter estabilidade e entregar resultados. No entanto, ao tratar aliados como subordinados e a política como uma missão militar, o general acabou isolado no seu próprio quartel. A cidade es-



perava liderança, recebeu rigidez; esperava diplomacia, recebeu ordens.

E como em toda guerra perdida, resta agora contabilizar as baixas. A confiança pública está abalada, a base política desmoronou e o comando do prefeito cambaleia sob o peso da sua própria arrogância. Se o lema militar diz "missão dada é missão cumprida", a experiência de Silva e Luna mostra que, na política, a frase mais adequada talvez seja: "missão dada pode ser mal conduzida" e, nesse

caso, totalmente fracassada.

Porque entre as trincheiras da Câmara e as paredes frias do gabinete do prefeito, o que se vê hoje é um general cercado, com poucos soldados leais e muitos inimigos armados, inclusive dentro do próprio exército. A guerra política em Foz do Iguaçu continua, mas, ao que tudo indica, o general já perdeu o comando do campo de batalha.

A pergunta que fica no ar

Afinal, Pedro Rodrigues

está no governo para somar ou para dividir? A sua presença na gestão do prefeito General Silva e Luna desperta mais dúvidas do que certezas. Seria ele um articulador desastrado ou um estrategista infiltrado, operando nos bastidores com o intuito de minar as próprias bases do governo que o acolheu? Essa hipótese, que parece conspiratória à primeira vista, ganha força à medida que os fatos se acumulam: alianças rompidas, base política encolhida e uma sequência de equívocos que só beneficiam os adversários.

Pedro Rodrigues, vindo de outros governos, parece carregar um manual próprio de sobrevivência política. Um manual que pouco se preocupa com o sucesso do atual prefeito. Enquanto a administração desaba em crises internas, ele segue firme, como se tudo estivesse dentro do previsto. E é justamente isso que alimenta a dúvida: será mesmo incompetência, ou uma estratégia silenciosa para pavimentar um novo projeto de poder?

Somente a cúpula governista pode responder, mas o que se ouve nos corredores da Prefeitura e da Câmara é um sussurro unânime: "algo está errado." A cada manobra de Pedro Rodrigues, o governo se enfraquece. A cada decisão articulada por ele, o isolamento político do general aumenta. Coincidência? Talvez. Mas a política raramente é feita de

coincidências.

Faca na caveira e a guilhotina

Uma imagem recente do Coronel Áureo empunhando uma faca se tornou o símbolo perfeito do atual cenário. A expressão "faca na caveira", tão reverenciada entre tropas de elite, representa coragem, superação e vitória sobre a morte. No entanto, na política local, essa metáfora se inverteu. A "faca" já não é símbolo de força, mas de desgaste; e a "caveira", em vez do inimigo vencido, tornou-se o próprio governo.

Afinal, na guerra política, não há bravura que resista à falta de diálogo. O lema militar de "missão cumprida" não encontra eco em um campo onde o que vale é a negociação, a articulação e o jogo de interesses. O Coronel Áureo e seu pupilo Pedro Rodrigues parecem ter confundido comando com liderança, hierarquia com diplomacia.

E enquanto o coronel segura a faca, a guilhotina está pronta, e ironicamente, não nas mãos de seus inimigos, mas nas do próprio General Silva e Luna. Se o prefeito não agir com rapidez para cortar o mal pela raiz, a lâmina que cairá poderá ser a da própria gestão. A "faca na caveira" pode até inspirar os quartéis, mas na política de Foz do Iguaçu, quem dita as regras é a guilhotina.

A administração que pode isolar Foz do governo federal por dois anos

Na prática, a gestão municipal violou as normas federais e comprovadamente comprometeu a legalidade do convênio, colocando Foz do Iguaçu sob risco de bloqueio financeiro

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Mais uma vez, a incompetência administrativa volta a assombrar Foz do Iguaçu. O governo municipal, comandado pelo prefeito General Silva e Luna, mostra que, quando o fardamento é trocado pelo paletó, o autoritarismo e o improvisado continuam sendo a base de comando. A cidade, que deveria ser exemplo de gestão estratégica por sua importância turística e fronteira, pode agora pagar caro e ficar até dois anos sem poder receber convênios do Governo Federal.

Um castigo institucional fruto de pura ingerência, descuido e prepotência de quem acha que administrar uma cidade é o mesmo que comandar um quartel.

O caso que levou a essa possibilidade de penalização é emblemático. O Convênio nº 950881/2023 - SENASP/MJSP, firmado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, que previa o repasse de seis viaturas elétricas para

a Guarda Municipal de Foz do Iguaçu. O recurso federal foi concedido com destino específico: "patrulhamento turístico", uma medida que visava fortalecer a segurança em áreas de grande fluxo de visitantes e fomentar o turismo, que é um dos motores econômicos da cidade.

Mas o que fez o prefeito General Silva e Luna e seu secretário de Segurança Pública, o Almirante Paulo Tinoco? Simples: resolveram "readequar" o uso das viaturas por conta própria, desrespeitando o objeto do convênio. Uma delas, o veículo JAC de placas TAY-2B62, que foi desviada para uso do GTA (Grupo Tático de Apoio), destinado a ações de contenção de distúrbios, um fim completamente diferente do previsto. Na prática, a gestão municipal violou as normas federais e comprovadamente comprometeu a legalidade do convênio, colocando Foz do Iguaçu sob risco de bloqueio financeiro.

Essa atitude não é apenas um erro técnico. É um retrato



nítido da arrogância militarizada que tomou conta da prefeitura. Na caserna, ordens não se discutem; na administração pública, leis não podem ser ignoradas. O prefeito Silva e Luna parece ter esquecido que o dinheiro público tem destino certo e fiscalização rigorosa. O recurso federal não é um "caixa de quartel" que pode ser realocado conforme o humor do comandante.

A analogia com o Exército brasileiro é inevitável. Quem não lembra do episódio dos R\$ 15,6 milhões em leite condensado adquiridos pelas Forças Armadas, durante o governo Bolsonaro, sob justificativas duvidosas? A compra foi alvo de críticas, suspeitas de superfaturamento e ironias generalizadas, um verdadeiro símbolo do desperdício e da falta de transparência. Agora, em escala municipal, Foz do

Iguaçu revive a mesma lógica: gente fardada, acostumada ao poder hierárquico, tratando o bem público como propriedade pessoal.

O Almirante Tinoco, segundo o currículo, é um homem de "inteligência, gestão estratégica e segurança". Mas, ao que tudo indica, essas qualidades ficaram esquecidas junto com a farda. Sua atuação à frente da Secretaria de Segurança Pública revela desconhecimento da gestão civil e falta de planejamento. É como um submarino que esquece de carregar as baterias: o resultado é previsível: afundar.

As viaturas elétricas de Foz podem ter o mesmo destino simbólico: paradas por falta de carga, ou melhor, por falta de gestão.

A Portaria Interministerial nº 424/2016, em seu Artigo 41, é explícita ao determinar

que a União pode suspender repasses financeiros em caso de irregularidades na execução de convênios. E o que se observa é exatamente isso: uso indevido de bens adquiridos com recursos federais, sem autorização, sem justificativa técnica e sem respeito ao objeto original do contrato. A penalização é inevitável.

O mais grave é que essa possível sanção não recairá sobre o general ou o almirante individualmente, mas sobre toda a população de Foz do Iguaçu. Projetos futuros, convênios de saúde, educação, infraestrutura e segurança poderão ser barrados por até dois anos. A cidade corre o risco de ficar isolada administrativamente, impedida de firmar novas parcerias com o Governo Federal. Um prejuízo incalculável, gerado por pura incompetência e arrogância hierárquica.



Da má gestão a "guerra" do general com os vereadores

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

E a pergunta que não quer calar: quantos outros convênios estão sendo descumpridos? Se o caso das viaturas elétricas veio à tona, o que mais pode estar escondido nos bastidores da prefeitura? O modus operandi da atual gestão indica que essa pode não ser uma exceção, mas uma prática. A falta de transparência, a centralização das decisões e a ausência de diálogo com a Câmara de Vereadores levantam sérias suspeitas de que o desrespeito aos convênios pode ser recorrente.

Da reunião a guerra

A poucos dias atrás, uma reunião realizada na Prefeitura de Foz do Iguaçu deixou claro o clima de tensão que domina a administração municipal. Segundo relatos, o prefeito General Silva e Luna teria reunido seus seis vereadores fiéis, os mesmos que obedecem suas ordens sem questionar, para alinhar uma estratégia política. Ao término da reunião, o vereador Sidnei Prestes teria confidenciado nos corredores da Câmara uma frase que o general teria dito, que soa como uma declaração de guerra: "Vamos para a guerra com os demais vereadores."

A frase, carregada de arrogância e espírito autoritário, mostra que o prefeito segue tratando o poder civil como se ainda estivesse em um quartel. Entre os 15 vereadores de Foz do Iguaçu, apenas seis se mantêm subservientes às ordens do general, enquanto os outros nove parlamentares, conhecidos como G9 independentes, resistem à pressão e se recusam a prestar continência

ao comando da prefeitura.

A postura de Silva e Luna revela não apenas seu despreparo político, mas também um perigoso desrespeito à autonomia do Legislativo. Em vez de dialogar, o prefeito prefere o confronto. Em vez de buscar consenso, convoca uma guerra política, esquecendo que Foz do Iguaçu precisa de gestão, não de trincheiras.

Cabe agora ao grupo independente cumprir com responsabilidade seu papel fiscalizador. Se o prefeito conduz o município ao caos administrativo e ao risco de bloqueio de convênios federais, como já se discute nos bastidores, é dever dos vereadores agir. A má gestão pública é motivo legítimo para responsabilização política, inclusive com pedido de afastamento.

Se o G9 permanecer firme, poderá equilibrar as forças e impedir que o autoritarismo militarizado continue corroendo as instituições da cidade. Mas, se cederem à pressão e se calarem diante dos abusos, serão cúmplices de uma tragédia administrativa anunciada.

Foz do Iguaçu precisa de representantes que fiscalizem o poder, não de soldados que o sirvam.

Foz do Iguaçu merece mais do que um governo de improviso, onde cada decisão é tomada na base da intuição militar e da ausência de planejamento técnico. A cidade precisa de gestores que conheçam as leis civis, respeitem os convênios e entendam que governar é servir, não mandar.

Enquanto isso, o general Silva e Luna e o almirante Paulo Tinoco seguem navegando sem bússola, confundindo gestão pública com comando de tropa. O resultado está aí: convênios quebrados, recursos



comprometidos, e a cidade à beira de um bloqueio federal.

E tudo isso por uma única razão: a incompetência travestida de autoridade.

Motivos para bloqueio de repasses federais aos municípios

O bloqueio de repasses aos municípios é uma medida extrema que pode ser tomada pelo governo federal quando há indícios de irregularidades na gestão dos recursos.

Essa medida tem como objetivo garantir que o dinheiro público seja utilizado de forma adequada e transparente, evitando desperdícios e desvios de recursos.

O Art. 41 da Portaria Interministerial nº 424/2016 trata do bloqueio de repasses financeiros a estados, Distrito

Federal e municípios, e estabelece que essa medida pode ser adotada quando houver irregularidades na gestão dos recursos transferidos pela União.

A prefeitura nestes casos fica impedida de receber recursos de todos os convênios firmados com o Governo Federal, mesmo que o projeto e o processo de licitação estejam aprovados. Por isso é importante que os gestores municipais mantenham um cronograma de checagem em todas as secretarias municipais, pois a inadimplência em um convênio da pasta de educação pode afetar a liberação do repasse de uma obra de infraestrutura urbana, por exemplo.

O artigo estabelece ainda que o bloqueio de repasses deve ser precedido de processo administrativo que assegure

ao gestor ou responsável pelo convênio ou contrato de repasse o direito à ampla defesa e ao contraditório. Além disso, o gestor ou responsável deve ser informado sobre a decisão de bloqueio e as razões que a fundamentaram, bem como ser orientado sobre as providências que deverão ser adotadas para a sua reversão.

Em resumo, o bloqueio de repasses federais aos municípios é uma medida importante para garantir a transparência e eficiência na utilização dos recursos públicos.

Os motivos que podem levar a essa medida incluem o não cumprimento de obrigações legais, falhas na execução de programas e projetos, desvios de recursos, descumprimento de metas e indicadores e falhas na gestão fiscal.

VOTARAM! AGORA AGUENTEM?

O presente de natal dos iguaçuenses: Quase 500 multas por dia

Prefeito general, aquele que além de chamar os iguaçuenses de "estúpido" agora será penalizada com multas

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Foz do Iguaçu se aproxima do fim de mais um ano, mas, em vez de celebrar conquistas, os cidadãos parecem receber um "presente" amargo: quase 500 multas de trânsito por dia. É isso mesmo. O governo do prefeito general Silva e Luna, que há apenas dez meses está à frente da cidade, conseguiu transformar o trânsito em uma verdadeira máquina arrecadatória. O que deveria ser um instrumento de ordem e segurança virou sinônimo de punição e abuso.

O mesmo prefeito que, em uma ocasiões, chamou os iguaçuenses de "estúpidos" ao cair nos buracos, agora encontra na indústria da multa uma forma de demonstrar poder. Se antes a promessa era de gestão técnica e eficiência militar, o que se vê é uma administração punitiva, fria e distante, que trata os moradores como inimigos a serem combatidos.

Nas ruas, as câmeras e os radares deverão se multiplica-

rem. Muitos motoristas sequer conseguem entender de onde surgem tantas autuações. É o "natal" do FOZTRANS. O instituto comandado por Aline Maicrovicz, que parece ter encontrado nas penalidades uma mina de ouro. E ninguém sabe, de fato, para onde vai esse dinheiro todo. Será que serve para tapar os buracos, ou melhor, as crateras que tomam conta das ruas? Ou apenas alimenta contratos milionários e despesas administrativas sem transparência?

A matemática é cruel: com quase 500 multas por dia, o FOZTRANS poderá arrecadar milhões de reais mensais. Enquanto isso, o cidadão enfrenta ônibus lotados, calçadas esburacadas, sinalização precária e semáforos quebrados. O discurso de "educar no trânsito" foi substituído pela prática de punir sem piedade.

O general Silva e Luna se apresenta como especialista em asfalto, mas parece se especializar mesmo em castigar quem o elegeu. Sua gestão militarizada enxerga o trânsito



to como campo de batalha, e o contribuinte como inimigo a ser vencido. O curioso é que, paralelamente a avalanche de multas, a prefeitura contratou uma empresa privada para "gerenciar" melhor a aplicação das penalidades. Uma decisão que cheira mais a terceirização da arrecadação do

que a gestão pública responsável.

E, como se não bastasse, o comando do FOZTRANS está sob suspeita. A diretora-superintendente Aline Maicrovicz, apontada como peça-chave dessa engrenagem arrecadatória, pode ser alvo de uma CPI na Câmara de Vereadores. As denúncias giram em torno de má gestão e possíveis irregularidades administrativas. Quando convocada para prestar esclarecimentos, Aline simplesmente não compareceu, um gesto de desrespeito não apenas aos vereadores, mas à própria população.

Esse comportamento autoritário e impune mostra como o governo municipal perdeu o senso de limite. Se a diretora do FOZTRANS se recusa a responder a quem deveria fiscalizá-la, é porque se sente protegida. Talvez pela própria figura do prefei-

to, que demonstra a mesma arrogância em sua forma de governar.

Em um cenário em que falta até esparadrapo nos postos de saúde, o contraste é gritante. A prefeitura que alega não ter dinheiro para comprar o básico para pacientes acamados é a mesma que despeja milhões em contratos de transporte, limpeza e fiscalização. O problema não é falta de recursos e sim a falta de prioridade e respeito com o cidadão.

A Foz do Iguaçu que um dia foi símbolo de acolhimento e beleza agora parece se tornar um território de punição e descaso. Os iguaçuenses votaram acreditando em renovação, mas receberam um governo que os multa, ignora e trata com desprezo. E o pior: o silêncio do prefeito diante de tantas denúncias e abusos indica que tudo isso é parte de um projeto consciente, não um erro de percurso.

A cada nova multa, cresce o sentimento de frustração. O povo começa a entender que o "general gestor" não veio para construir, mas para comandar. E comandar com mão de ferro, mesmo que isso custe o bem-estar de quem mais precisa. Foz do Iguaçu não precisa de mais multas; precisa de humanidade, de respeito e de um prefeito que governe para o povo, e não contra ele.

Esse é o retrato do "presente de natal" que os iguaçuenses receberão: luzes piscando não por alegria, mas pelos flashes dos radares. O que era promessa de progresso virou castigo. Votaram. E agora, infelizmente, estão pagando a conta.



Secretária do FOZTRANS pretende dobrar a "indústria da multa" em Foz do Iguaçu

População penalizada mais uma vez: O plano de multar o cidadão iguaçuense até a exaustão

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Em Foz do Iguaçu, a sensação de que o cidadão está sendo tratado como inimigo público cresce a cada dia. A frase popular "nada é tão ruim que não possa piorar" parece ter se tornado um lema da atual administração municipal, especialmente quando o assunto envolve o FOZTRANS - o Instituto de Transporte e Trânsito da cidade. A diretora-superintendente Aline Maicrovicz, ao que tudo indica, pretende dar um novo significado à expressão "indústria da multa", transformando-a em um verdadeiro sistema de arrecadação em massa às custas da população já penalizada por uma série de problemas urbanos não resolvidos.

Segundo informações que teriam vazado de dentro do próprio FOZTRANS, Aline Maicrovicz estaria articulando um projeto de alteração da Lei nº 2.290, de 28 de fevereiro de 2000, que trata da criação das carreiras do FOZTRANS, para ampliar o número de vagas de Agentes de Trânsito e Transporte de 24 para 44. À primeira vis-



ta, poderia parecer uma medida de reforço para melhorar o ordenamento e a fiscalização nas vias da cidade. No entanto, ao olhar com mais atenção, percebe-se que a justificativa de "organizar o trânsito" esconde o verdadeiro propósito: aumentar exponencialmente o número de autuações e, consequentemente, de multas.

Em um município onde o transporte coletivo é precário, as vias estão em mau estado e a sinalização é deficiente, a prioridade do poder público deveria ser investir em mobilidade, educação no trânsito e infraestrutura, não

em ampliar o aparato punitivo. A população, que já convive com uma série de dificuldades diárias, buracos nas ruas, congestionamentos e transporte público caro e ineficiente, vê agora o fantasma da "fiscalização ampliada" se aproximando. E o que isso significa, na prática? Mais agentes, mais abordagens, mais autos de infração e, inevitavelmente, mais dinheiro saindo do bolso dos motoristas, motociclistas e até ciclistas.

A "minuta do golpe", como já vem sendo apelidada por servidores administrativos do FOZTRANS, parece ser um movimento calculado para reforçar o caixa da administração às custas da paciência e do suor do povo iguaçuense. O FOZTRANS, que deveria atuar como um órgão de gestão e planejamento de mobilidade urbana, se transforma, cada vez mais, em um instrumento arrecadatário. Aline Maicrovicz, ao que tudo indica, tem sede de punição e não de solução.

Ao dobrar o número de agentes, ela praticamente dobra o potencial de autuações diárias, o que pode representar milhões de reais a

mais por ano em multas.

Mas há um ponto ainda mais grave nessa história: a clara ligação política da secretária com os chamados "barões do transporte escolar". Por isso é legítimo questionar se o verdadeiro objetivo do projeto é servir ao interesse público ou a grupos específicos que orbitam a estrutura de poder local. O cidadão comum, que precisa se deslocar todos os dias para trabalhar, levar os filhos à escola ou realizar suas tarefas básicas, acaba sendo a principal vítima dessa política punitiva.

Enquanto isso, o prefeito general Silva e Luna mantém silêncio sobre o assunto. Será que ele apoia essa ofensiva contra o bolso dos iguaçuenses? Ou está sendo conivente com uma estratégia que, além de impopular, pode minar ainda mais sua já combalida relação com a população? É difícil acreditar que um gestor com experiência em comando militar não perceba o impacto social e político de medidas como essa. A indiferença diante de uma iniciativa tão controversa só reforça a imagem de um go-

verno desconectado da realidade e alheio às necessidades do povo.

O trânsito de Foz do Iguaçu não precisa de mais fiscais para punir; precisa de gestores para planejar. A cidade carece de investimento em engenharia viária, em campanhas educativas e em soluções inteligentes para o tráfego. Não em mais talões de multa. A verdadeira "ordenação" do trânsito começa com respeito, diálogo e planejamento, não com perseguição e punição.

Se a "minuta do golpe" avançar, o que se verá nas ruas será um exército de agentes empunhando tablets e câmeras, transformando a rotina dos motoristas em um campo minado de infrações. E, como sempre, quem pagará essa conta será o contribuinte, aquele mesmo que já sofre com impostos altos, serviços precários e promessas não cumpridas.

Foz do Iguaçu, cidade reconhecida mundialmente por suas belezas naturais e pelo acolhimento de seu povo, corre o risco de ganhar um novo título nada honroso: o de capital da multa. Uma cidade onde a gestão pública prefere punir em vez de educar, arrecadar em vez de servir, e transformar o trânsito o símbolo de movimento e progresso em mais uma ferramenta de opressão financeira.

Resta agora saber se os vereadores, ao receberem o projeto, terão coragem de enfrentar essa tentativa de golpe silencioso contra o cidadão. Porque se aprovada, a medida deixará claro que, em Foz do Iguaçu, a lei que mais vale é a do lucro fácil e quem paga a conta, mais uma vez, é o povo.

Senhor Presidente:

Encaminhamos para apreciação dessa Casa de Leis o Projeto de Lei que "Altera a Lei nº 2.290, de 28 de fevereiro de 2000, que dispõe sobre o Quadro Próprio de Pessoal e a criação das carreiras do FOZTRANS - Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu, para ampliar o número de vagas do cargo de Agente de Trânsito e Transportes".

A presente alteração visa ampliar de 24 (vinte e quatro) para 44 (quarenta e quatro) o número de vagas do cargo de Agente de Trânsito e Transportes Júnior do quadro próprio de pessoal do FOZTRANS - Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu.

O efetivo atualmente existente não é suficiente para atender de forma plena às necessidades da população, especialmente em áreas críticas como:

- fiscalização e ordenamento do trânsito nas principais vias urbanas;
- apoio em eventos de grande porte e operações especiais;
- monitoramento do transporte coletivo e escolar;
- educação e orientação de motoristas, ciclistas e pedestres;
- ampliação do patrulhamento de trânsito em regiões periféricas.

A proposta visa atender a uma demanda crescente de serviços de fiscalização, orientação e controle do trânsito, decorrente de fatores como:

1. Expansão da frota veicular e da malha viária urbana, que exige maior

MENTIROSO

POLÍTICA

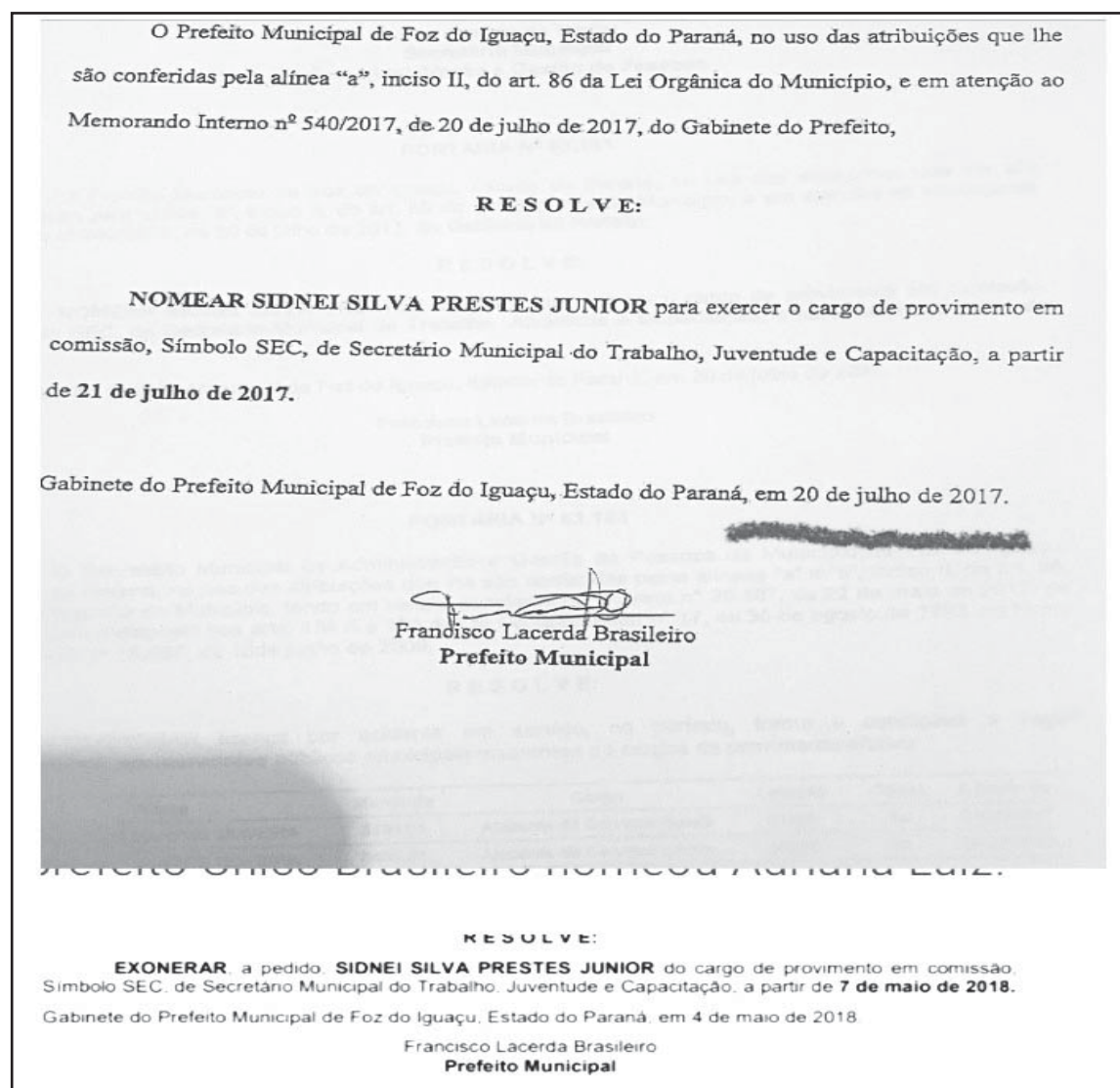
Ver. Sidnei Prestes é desmascarado após mentir durante a sessão

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na sessão extraordinária da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, realizada na última terça-feira, 14 de outubro de 2025, o vereador Sidnei Prestes protagonizou mais um episódio lamentável da política local. Tentando, a qualquer custo, defender o cambaleante governo do prefeito general Silva e Luna, onde Sidnei Prestes acabou preso nas próprias contradições, e pior ainda, desmascarado em plenário por mentiras facilmente verificáveis. O que deveria ser uma fala de apoio ao Executivo transformou-se em uma confissão pública de incoerência e desonestidade política.

Com uma retórica que mistura arrogância e amadorismo, o vereador tentou transferir a



culpa pelos fracassos do atual governo municipal para o ex-prefeito Chico Brasileiro. Segundo Sidnei Prestes, os erros que assolam a gestão de Silva e Luna seriam "heranças" deixadas pelo governo anterior. O discurso, já batido e sem credibilidade, causou espanto não pelo conteúdo em si, mas pela tentativa desesperada de reescrever sua própria história.

Durante a sessão, ao ser questionado sobre seu passado político, o vereador foi lembrado de que ele próprio, havia sido secretário no governo de Chico Brasileiro. Em resposta, Sidnei Prestes tentou se esquivar com uma justificativa frágil e, como se comprovaria logo depois, completamente mentirosa:

"Com relação ao meu período na primeira gestão do Chico, em três meses dá pra ver e olhar muita coisa, então eu deixei a administração por vontade própria."

Pois bem. Bastou uma rá-

pida checagem no Portal da Transparência para derrubar a narrativa inventada. Os documentos oficiais mostram que Sidnei Prestes foi nomeado secretário da Juventude em 20 de julho de 2017 e exonerado apenas em 4 de maio de 2018, totalizando nove meses e dezesseis dias no cargo. Ou seja, três vezes mais do que o tempo que ele declarou em plenário.

A mentira foi tão evidente que gerou constrangimento até entre os aliados do governo. Afinal, se um vereador é capaz de falsear dados públicos facilmente verificáveis, o que se pode esperar de suas defesas políticas, suas indicações e suas críticas? O episódio reforça uma percepção cada vez mais consolidada na Câmara: Sidnei Prestes tem usado o microfone não para representar o povo, mas para manipular fatos e distorcer a realidade em benefício próprio. Mas a história não parou por aí.

Mais uma mentira desmascarada

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

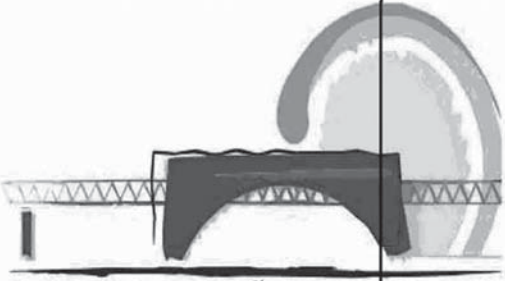
Ainda durante a sessão, ao ser questionado sobre o vínculo de sua esposa, Bibiana Varella Dotto, com o governo de Chico Brasileiro, o vereador decidiu dobrar a aposta e lançou uma nova mentira em rede aberta: "Minha esposa nunca trabalhou na gestão do Chico."

Mais uma vez, os documentos oficiais falaram mais alto que a retórica. Conforme registros públicos, Bibiana Varella Dotto foi admitida como diretora de marketing do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu em 13 de fevereiro de 2017, permanecendo no cargo até 30 de setembro de 2019, ou seja, mais de dois anos de vínculo direto com a administração de Chico Brasileiro.

A contradição é gritante. Como um vereador que se diz defensor da transparência pode mentir sobre algo tão simples e comprovável? Se a esposa de Prestes realmente não trabalhou, como ele afirmou, restariam duas possibilidades: ou o cargo era fantasma, ou o vereador é o último a saber o que se passa dentro da própria casa. De qualquer forma, ambas as hipóteses são devastadoras para sua imagem pública.

O episódio escancara um problema crônico na política local: a facilidade com que alguns agentes públicos distorcem a verdade, acreditando que o eleitor é ingênuo e que a imprensa não verificará suas falas. Em tempos de acesso à informação e transparência digital, mentir sobre dados oficiais é uma escolha política suicida.

A prática da mentira como método político
Sidnei Prestes representa um perfil cada vez mais comum entre certos vereadores: O defensor automático do gover-

CENTRO DE CONVENCOES DE FOZ DO IGUAU SA (1)				Recibo de Pagamento - FL: 9	
CNPJ: 79.476.628/0001-18		Lotação: Lotação: DIRETORIA (4)		JULHO/2019	
Trabalhador: Admissão: 13/02/2017		CPF		Cargo: CBO: 121010	
BIBIANA VARELLA DOTTO (74)		029.964.249-64		DIRETOR DE MARKETING	
PIS: 126.70412.49-3		Categoria: 721 - Contribuinte individual - Diretor não empregado, com FGTS		H.S./S.M.	
Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos	
101	HONOR.DIRETORIA	31,00	10.114,38		
93	INSS 11%	10.114,38		642,33	
95	IRRF	9.472,05		1.735,45	
			Total de Vencimentos	Total de Descontos	
			10.114,38	2.377,78	
			Valor Líquido	7.736,60	
Remuneração Base		Rem.Contr.INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc.IRRF
10.114,38		10.114,38	10.114,38	809,15	9.472,05
					Nº/Dedução IR
					0 / 0,00
Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo, no Bco:Caixa Republica Agê:4156-4 Cta.Cor.:23853-6					
/ /			ASSINATURA DO TRABALHADOR		
Data					

no, disposto a tudo para agradar o chefe do Executivo, mesmo que isso signifique negar fatos e insultar a inteligência pública. Sua postura tem sido marcada por ataques seletivos, discursos populistas e contradições gritantes entre o que diz e o que pratica.

Na ânsia de blindar o general Silva e Luna, Prestes tenta apagar seu próprio passado, como se o histórico de cargos e nomeações fosse algo que pudesse ser reescrito conforme a conveniência política. Essa tentativa de "lavar a biografia" é perigosa e, sobretudo, desrespeitosa com os cidadãos que esperam coerência e integridade de seus representantes.

O que se viu na sessão foi a exposição completa de um vereador em colapso moral e político, tentando sustentar um governo que, após dez meses, já dá sinais de desorganização e desgaste. Ao culpar gestões anteriores, Sidnei Prestes apenas confirma o que boa parte da população já percebeu: o atual governo não tem direção,

não tem resultados e não tem credibilidade.

Consequências políticas

O impacto da sessão repercutiu fortemente nos bastidores da Câmara. Alguns vereadores da base governista demonstraram desconforto com o constrangimento causado pela fala de Sidnei Prestes, enquanto opositores aproveitaram o episódio para reforçar o discurso de que o governo Silva e Luna está rodeado de bajuladores sem compromisso com a verdade.

A mentira, neste caso, não é apenas uma falha pessoal, é um símbolo de um modelo político que vive de discursos vazios e promessas desfeitas. A cada tentativa de manipular os fatos, Sidnei Prestes se afasta mais da imagem de representante público e se aproxima da figura de um portavoz desesperado de um governo à deriva.

O caso de Sidnei Prestes serve de alerta: quem mente sobre o passado não é digno



de conduzir o futuro. O eleitor de Foz do Iguaçu merece mais do que discursos inflamados e justificativas falsas. Merece transparência, coerência e, acima de tudo, respeito.
A Câmara Municipal, palco da democracia, não pode se transformar em um ringue de versões fantasiosas. É hora

de os vereadores compreenderem que a credibilidade se constrói com verdade, e não com encenações políticas.
Sidnei Prestes quis ser o escudo do governo. Terminou se tornando o espelho de tudo o que há de mais errado nele: a mentira institucionalizada como ferramenta de poder.

Câmara de Foz realizará audiência pública para discutir situação da população em situação de rua

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu realizará, no próximo dia 23 de outubro, às *19h, uma audiência pública para debater um dos temas mais sensíveis e urgentes do município. A situação das pessoas em situação de rua.

A iniciativa é do vereador Adriano Rorato (PL), com o apoio dos demais vereadores e busca promover um diálogo aberto e produtivo entre sociedade civil, poder público e especialistas para a construção de soluções concretas e sustentáveis.

O encontro, aberto à comunidade e à imprensa, reunirá autoridades municipais e estaduais, entidades sociais, universidades, representantes da saúde pública, assistência social, segurança, Comando da Polícia Militar, Ministério Público, ACIFI, Sindhotéis e diversas instituições que lidam direta ou indiretamente com a questão. Além das exposições técnicas e institucionais.

Haverá espaço para manifestações e contribuições da população, tornando o evento um fórum participativo e plural.

Segundo o vereador Adriano Rorato, a proposta é tratar o tema com seriedade, humanidade e responsabilidade, evitando a superficialidade e enfrentando o problema de forma técnica e articulada. "Foz do Iguaçu precisa enfrentar esse tema com maturidade. Não se trata apenas de segurança pública, mas também de saúde, assistência social, dignidade humana e convivência nos espaços urbanos.



Fomos até Chapecó (SC) conhecer uma experiência que deu resultado e queremos trazer esse debate para dentro do Legislativo, de forma transparente e participativa", destacou Rorato.

A visita à cidade catarinense foi motivada pelos bons resultados obtidos pelo protocolo de atendimento adotado em Chapecó, que envolve ações integradas de acolhimento, reinserção social e ordenamento dos espaços públicos. A cidade de Chapecó implementou uma política intersetorial, com legislação específica e fluxos de atendimento que articulam diferentes secretarias, serviços de saúde mental, abrigos e programas de geração de renda.

O objetivo, segundo os organizadores, é compreender

quais aspectos dessa experiência podem ser adaptados à realidade de Foz do Iguaçu, levando em conta o contexto local, que é marcado pela triplíce fronteira, onde um alto fluxo migratório e desafios sociais torna-se o tema mais complexo. A audiência, portanto, deve servir como ponto de partida para a construção de um plano municipal voltado ao tema, com propostas concretas de acolhimento, atendimento e políticas públicas duradouras.

Nos últimos anos, a presença crescente de pessoas vivendo nas ruas de Foz tem despertado preocupação tanto de moradores quanto de comerciantes, principalmente nas áreas centrais e turísticas da cidade. O fenômeno, que se repete em diversas cidades



do país, é impulsionado por fatores como desemprego, dependência química, transtornos mentais, desestrutura familiar e falta de políticas de reinserção social.

A audiência pública se propõe, portanto, a superar o olhar punitivo e simplista, buscando soluções baseadas em respeito, empatia e responsabilidade coletiva. "A rua é o último estágio de uma série de exclusões. Se queremos resultados, precisamos trabalhar antes que as pessoas cheguem a esse ponto. Isso exige integração entre as secretarias, políticas de prevenção e acompanhamento constante", reforça o vereador.

A expectativa é que, a partir dessa discussão, sejam elaboradas propostas práticas e metas de curto, médio e longo

prazo, que envolvam não apenas o poder público, mas também organizações sociais e a iniciativa privada. O desafio, segundo o vereador Adriano Rorato, é equilibrar ordem urbana e direitos humanos, garantindo que Foz do Iguaçu avance no enfrentamento dessa realidade com base em evidências, diálogo e solidariedade.

A audiência pública sobre a população em situação de rua acontecerá no plenário da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, e toda a comunidade está convidada a participar. Para os organizadores, a presença popular é essencial para que as decisões sobre o futuro da cidade sejam construídas coletivamente, com sensibilidade social e compromisso com a dignidade humana.

Força da Natureza: volume das Cataratas do Iguaçu ultrapassa 7 milhões de litros por segundo

Urbia Cataratas — PNI

Foto: Divulgação Urbia Cataratas / Parque Nacional do Iguaçu

As Cataratas do Iguaçu, um dos maiores espetáculos naturais do planeta, demonstraram toda a sua potência nesta semana. Na noite de segunda-feira (13 de outubro), o volume de água atingiu impressionantes 7,1 milhões de litros por segundo, quase quatro vezes acima da média histórica, de 1,5 milhão de litros por segundo.

Na manhã desta terça-feira (14), a vazão registrada foi de 5 milhões de litros por segundo, cerca de 2 milhões a menos do que o pico observado no dia anterior. O nível vem diminuindo gradualmente, mas o cenário continua grandioso: a Maravilha Mundial da Natureza exibe uma força que emociona e impressiona todos os visitantes.

O aumento no volume das

águas é resultado das chuvas intensas que atingiram a bacia do rio Iguaçu no último fim de semana. A previsão é de que o fluxo continue baixando ao longo das próximas horas, podendo chegar a cerca de 3 milhões de litros por segundo ainda nesta terça-feira.

Mesmo com a vazão acima da média, o Parque Nacional do Iguaçu segue aberto e operando normalmente, com acesso liberado às passarelas, trilhas, ciclovia, mirantes e demais atrativos.

A natureza em movimento, em sua forma mais pura e poderosa, pode ser contemplada ao vivo nas Cataratas do Iguaçu, no Parque Nacional do Iguaçu, todos os dias do ano.

Sobre o Parque Nacional do Iguaçu

O Parque Nacional do



Iguaçu, administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), conta com a gestão de visitação turística da concessionária Urbia Cataratas S.A. Reconhecido como Patrimônio Mundial

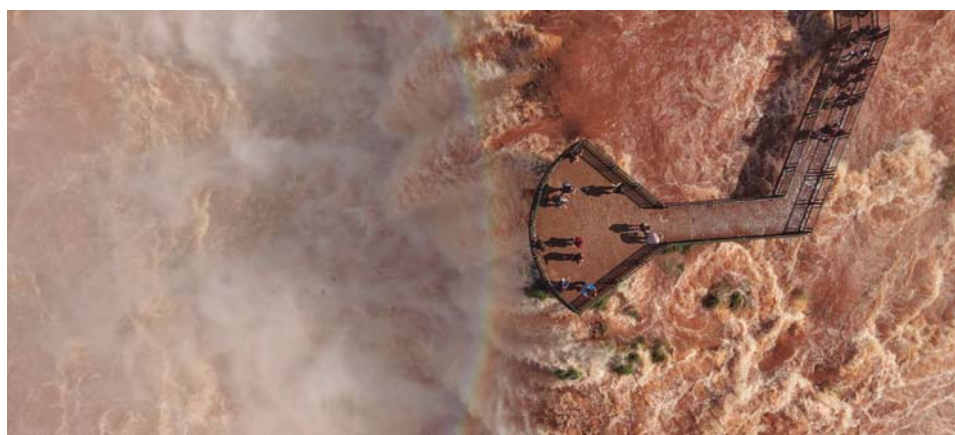
Natural pela UNESCO, é referência internacional em turismo sustentável e recebe visitantes de todas as partes do planeta.

Veja mais vídeos sobre a vazão: [https://catarataspni-my.sharepoint.com/:f/g/per-](https://catarataspni-my.sharepoint.com/:f/g/per-sonal/mariana_kissel_catarataspni_com_br/EkKDYW8-YDd5ApuOlqO_z4BwhW_WnX-Ph6svaZi9gc1Wg?e=DtICJQ)

[sonal/mariana_kissel_catarataspni_com_br/EkKDYW8-YDd5ApuOlqO_z4BwhW_WnX-Ph6svaZi9gc1Wg?e=DtICJQ](https://catarataspni-my.sharepoint.com/:f/g/per-sonal/mariana_kissel_catarataspni_com_br/EkKDYW8-YDd5ApuOlqO_z4BwhW_WnX-Ph6svaZi9gc1Wg?e=DtICJQ)

Mais informações:

www.cataratasdoiguacu.com.br
contato@catarataspni.com.br





NA MARCA DO PENALTI

Jornalista: Abilio Henrique Bottega - 0012882/PR MTB

FUTEBOL

Nova era: Foz do Iguaçu Futebol Clube se transforma em SAF e continua a crescer e se profissionalizar



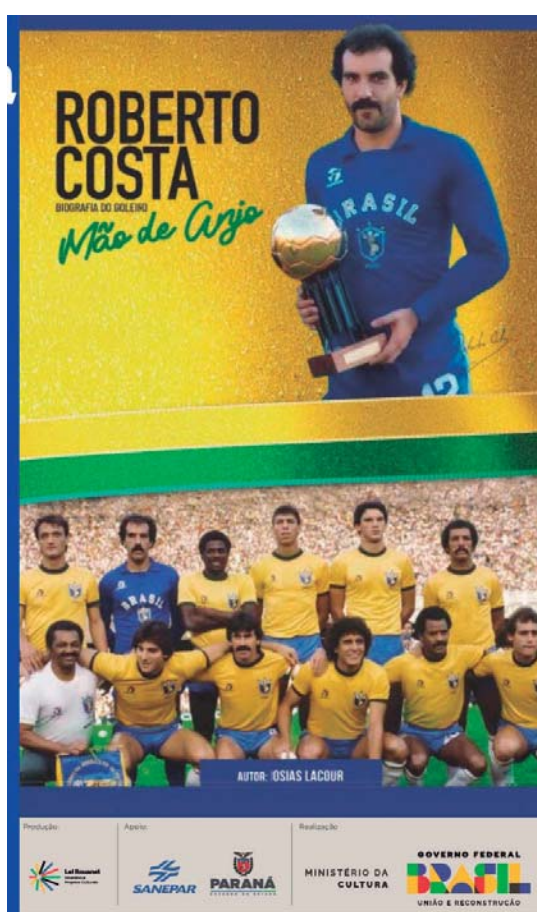
Casa do Azulão

Da assessoria

Foto: Reprodução



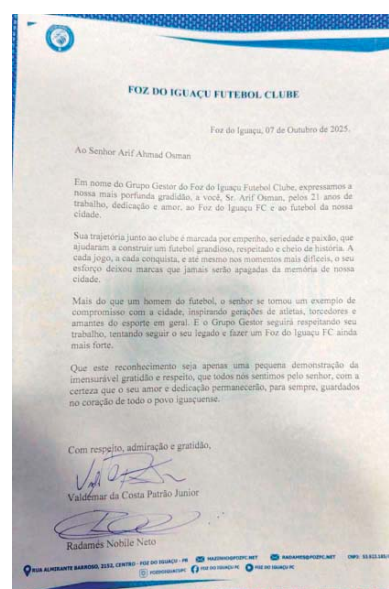
Uniforme dois do clube



O Foz do Iguaçu Futebol Clube iniciou oficialmente uma nova fase em sua trajetória, ao se transformar em Sociedade Anônima do Futebol (SAF).

A mudança consolida um processo que vinha sendo construído desde o ano de 2024, iniciado pelo Pentacampeão Mundial Edmilson Moraes, e marca a continuidade do projeto que culminou no acesso do clube à Primeira Divisão do Campeonato Paranaense 2026.

O momento também marca o encerramento de um ciclo importante na história do Azulão da Fronteira: o do agora ex-presidente Arif Ahmad Osman, que dedicou mais de 20 anos de sua vida ao Foz do Iguaçu FC, conduzindo o clube com



seriedade, paixão e compromisso com o futebol iguaçuense.

Em carta entregue em mãos pelo Grupo Gestor, foi expressa toda a gratidão ao Sr. Arif Osman, pelo tempo dedicado e pelo legado construído junto ao clube e à cidade.

Um novo capítulo

Com a transição concluída, o Foz do Iguaçu FC SAF inicia um novo ciclo de gestão profissional, mantendo sua identidade, suas cores e o compromisso de valorizar ainda mais o futebol iguaçuense, seguindo firme

rumo a um futuro promissor.

 Abilio Henrique Bottega

 bottega_77

 Bottega77 @futebolista2

 Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas,
críticas e elogios entre
em contato

 abiliobottega@hotmail.com

Leticia
Palmer

AÇÃO

Projeto Maradona Caravana da Paz e Pipas Foz

Foto arquivo pessoal de Franciney Maradona



Maradona ao centro, idealizador do projeto

Neste dia 25/10, a partir das 13h, será realizado no Campo das Batalhas o Projeto Maradona e Pipas Foz em parceria com a Prime Regulariza, através do seu CEO Jeferson Aguiar. O projeto visa atender cerca de 1000 crianças com recreação e guloseimas como pipoca, cachorro quente, algodão doce e refrigerante. Serão entregues mil pipas com o objetivo de mostrar as crianças que existem atividades fora das redes sociais ou celulares. Com o resgate de uma brincadeira que era praticadas pelos pais, tios e avós dessas crianças, podemos desenvolver nelas o hábito

de uma atividade física salutar que irá trazer bem estar e melhora no desenvolvimento físico, motor e psicológico. Neste ano também contaremos com a parceria da empresa Goiânia GSHOW. Este projeto já realizou mais de 15 caravanas ao longo dos 13 anos de existência através da experiência de Franciney Maradona.

Local Campo Sintético das Batalhas
Rua Assunção, 320, esquina com a Montreal, no espaço público no campo sintético da vila das batalhas.

- Amigos do Maradona**
Claudir Mozel
Panificadora Gabriela
Hs Madeiras

Muke Foz
Farma D
LK Calhas
Chibil

Moto frete 3
Brasinha
Caravana da paz Pipas Foz,
e amigos do Maradona

Família. Zahnm
Valmir Brito
Assados do Will
(Wilson)



João Morales foi exonerado antes mesmo de ser nomeado

O golpe que caiu por terra; Tudo começou com uma articulação direta do presidente da Câmara, Paulo Debritto, e de seu fiel escudeiro Sidnei Prestes

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Divulgação

A cada semana, o governo do prefeito general Silva e Luna parece se superar. Mas não em realizações, e sim em tropeços políticos. A mais recente trapalhada envolve o ex-presidente da Câmara, João Morales, que protagonizou um episódio digno de um roteiro de tragicomédia política: foi exonerado antes mesmo de ser nomeado.

O fato, que correu pelos bastidores do Legislativo iguaçuense, escancara o amadorismo, a desarticulação e o desespero de um governo que tenta, a qualquer custo, manter alguma influência sobre uma Câmara que já não lhe obedece.

Tudo começou com uma articulação direta do presidente da Câmara, Paulo Debritto, e de seu fiel escudeiro Sidnei Prestes. Ambos pressionaram o Executivo a reaproximar João Morales do cenário político, acreditando que ele seria a peça capaz de enfraquecer o grupo independente, conhecido como "G9". Esse grupo, composto por nove vereadores, é hoje o grande obstáculo para as pretensões do prefeito dentro do Legislativo, já que a base governista se resume a apenas seis apoiadores.

Em termos matemáticos, o cenário é simples: o prefeito perdeu a maioria. E, sem maioria, nenhum projeto polêmico avança. Foi então que nasceu o plano, ou como muitos chamaram, a "minuta do golpe". A missão de João Morales seria infiltrar-se po-



liticamente e minar o G9 por dentro, promovendo divisões e incentivando traições. O problema é que, como em todo plano malfeito, o segredo durou pouco.

De acordo com relatos, João Morales, a pedido de Paulo Debritto, foi pessoalmente à casa do vereador Adnan El Sayed para apresentar sua "proposta". O conteúdo da conversa, que beirava o absurdo, incluía incentivos políticos e até promessas de benefícios para que Adnan abandonasse o G9 e atacasse dois colegas de grupo, em uma tentativa de implodir a frente independente.

A ironia é que o termo "golpe" parece ter se tornado parte do vocabulário natural da direita local, especialmente daqueles que se dizem liberais, mas que na prática agem com autoritarismo e manipulação. No entanto, o plano deu errado antes mesmo de começar. Adnan El Sayed, demonstrando lealdade e postura, expôs imediatamente a proposta ao

restante do grupo, revelando a tentativa de cooptação e desarticulação orquestrada pelos aliados do prefeito.

O efeito foi devastador. O que deveria ser um movimento de força transformou-se em mais um capítulo de constrangimento político para o governo. O "golpe" se revelou um tiro que saiu pela culatra, e o nome de João Morales, que mal havia voltado à cena, tornou-se sinônimo de derrota e descrédito. A reação foi imediata: sua exoneração veio antes mesmo de qualquer nomeação oficial. Um ato simbólico de um governo que não consegue concluir sequer suas próprias manobras políticas.

Esse episódio mostra como o general Silva e Luna e seus aliados mais próximos vivem um momento de completo isolamento político. Sem base sólida, sem diálogo e sem estratégia, tentam a todo momento manipular a Câmara, esquecendo-se de que os vereadores independentes repre-

sentam uma parcela expressiva da população insatisfeita com o rumo da cidade.

O erro, no entanto, vai além da falta de habilidade. Ele reflete um vício de origem na gestão do prefeito: a crença de que a política pode ser conduzida como um quartel, à base de ordens e manobras de bastidores. Mas a Câmara de Vereadores não é um batalhão, e os parlamentares não são soldados. O ambiente político exige negociação, respeito e legitimidade. Três qualidades que parecem ausentes na atual administração.

Com mais esse episódio, o governo acumula mais uma derrota moral e política. João Morales, que entrou em cena para ser o articulador de um plano de poder, sai dela como símbolo do fracasso. E o prefeito, mais uma vez, mostra que sua maior dificuldade não está na oposição, mas na própria incapacidade de construir pontes e alianças de forma ética e transparente.

O caso João Morales é o retrato perfeito do governo Silva e Luna: cheio de promessas, carente de resultados e movido por articulações desastrosas. O Presidente da Câmara, Paulo Debritto e Sidnei Prestes ao tentar dar um golpe, acabaram golpeados por suas próprias incompetências.

Como dizem a "voz do povo é a voz de deus" e que "Se conselho fosse bom, não se dava, vendia". Um conselho saudável nos dias de hoje para esse governo, é nada mais e nada menos que achar uma pessoa igual, ou parecido com o articulador que o ex-prefeito Chico Brasileiro tinha. Pois a época, os abacaxis eram resolvidos antes mesmo de serem descascados.

Nos dias de hoje, cada abacaxi descascado é símbolo de amargura e por fim bate o arrependimento de ter deixado isso chegar a um ponto que a digestão virou na certa uma indigestão.